



Estratégia
Carreira Jurídica

5º SIMULADO

**MAGISTRATURA
ESTADUAL**

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada nos concursos de Magistratura Estadual para o cargo de **Juiz**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-Magistratura-09-11>

| Cartão de Respostas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|-----|--|
| 1 | | 11 | | 21 | | 31 | | 41 | | 51 | | 61 | | 71 | | 81 | | 91 | |
| 2 | | 12 | | 22 | | 32 | | 42 | | 52 | | 62 | | 72 | | 82 | | 92 | |
| 3 | | 13 | | 23 | | 33 | | 43 | | 53 | | 63 | | 73 | | 83 | | 93 | |
| 4 | | 14 | | 24 | | 34 | | 44 | | 54 | | 64 | | 74 | | 84 | | 94 | |
| 5 | | 15 | | 25 | | 35 | | 45 | | 55 | | 65 | | 75 | | 85 | | 95 | |
| 6 | | 16 | | 26 | | 36 | | 46 | | 56 | | 66 | | 76 | | 86 | | 96 | |
| 7 | | 17 | | 27 | | 37 | | 47 | | 57 | | 67 | | 77 | | 87 | | 97 | |
| 8 | | 18 | | 28 | | 38 | | 48 | | 58 | | 68 | | 78 | | 88 | | 98 | |
| 9 | | 19 | | 29 | | 39 | | 49 | | 59 | | 69 | | 79 | | 89 | | 99 | |
| 10 | | 20 | | 30 | | 40 | | 50 | | 60 | | 70 | | 80 | | 90 | | 100 | |

PROVA OBJETIVA

Direito Civil

Questão 1

Com relação à alienação fiduciária, é correto afirmar:

- a) No caso de inadimplemento da obrigação, o devedor poderá vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento total ou parcial da dívida.
- b) É válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.
- c) A busca e a apreensão decorrente de contrato garantido por alienação fiduciária tem natureza cautelar, sendo dependente, portanto, da propositura de ação principal.
- d) A mora somente poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.
- e) Transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta, tornando-se o devedor possuidor direto e depositário da coisa móvel.

Questão 2

Analise as afirmativas a seguir, acerca da Lei de Locações de imóveis urbanos.

- I. É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário mínimo.
- II. O direito de preferência do locatário caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de quarenta e cinco dias.
- III. Considera-se locação para temporada aquela destinada à residência temporária do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorrem tão-somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a noventa dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.

IV. O despejo não poderá ser executado até o trigésimo dia seguinte ao do falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de qualquer das pessoas que habitem o imóvel.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 3

Levando-se em conta os direitos da personalidade, julgue as afirmativas a seguir:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e a alcunha.
- b) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham, desde que não haja intenção difamatória.
- c) Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização, salvo nos casos previstos em lei.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer proteção aos direitos da personalidade os ascendentes ou os descendentes.

Questão 4

Daniel, 16 anos, é exímio desenhista e começou a produzir e vender camisetas a pessoas próximas, de seu colégio e de sua família. Em menos de seis meses, o negócio cresceu exponencialmente e ele abriu um site vendas. Sua renda é tão alta que lhe permite arcar com suas despesas, sustentar seus pais e aplicar no tesouro direto.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Cessou para Daniel, ainda que menor, a incapacidade.

b) Daniel é absolutamente incapaz.

c) Daniel é relativamente capaz, devendo ser assistido por seus pais em todos os contratos assinados em decorrência de sua atividade negocial.

d) Daniel apenas adquirirá a plena capacidade caso seus pais a outorguem.

e) Apenas o exercício de emprego público efetivo gera a cessação da incapacidade, o que não ocorre pelo exercício de atividade privada.

Questão 5

Raquel e Álvaro, com sessenta e cinco e sessenta e sete anos, respectivamente, casam-se pelo regime de comunhão universal, tendo antes estipulado pacto antenupcial por escritura pública para adoção desse regime.

Dois anos depois, Álvaro e Raquel se arrependem e requerem por via judicial, a alteração do regime para o de comunhão parcial de bens. Em relação às situações apresentadas,

a) não era possível o pacto antenupcial porque Raquel já tinha 65 anos de idade, o que tornava obrigatório o regime de separação de bens; a alteração do regime de bens era no caso necessária, para o citado regime de separação de bens, prescindindo de autorização judicial.

b) embora possível o pacto antenupcial, a alteração do regime de bens escolhido só é possível após três anos de casamento, mediante autorização judicial, explicitação de motivos e ressalvados direitos de terceiros.

c) era possível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido de ambos os cônjuges, sem especificação de razões, por se tratar de questões privadas do casal; era possível o pacto antenupcial, mas por serem maiores de 65 anos somente para o regime de separação de bens.

d) era possível a estipulação do pacto antenupcial, pois ambos não haviam atingido setenta anos de idade; é possível também a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a

procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

e) era possível o pacto antenupcial, escolhendo qualquer regime, pois ambos os nubentes não haviam atingido setenta anos; era possível alterar o regime de bens, a qualquer tempo, prescindindo de autorização judicial, mas ressalvados direitos de terceiros.

Questão 6

Considerando a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar, sobre o dano moral:

a) a pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direito à indenização por dano moral relacionado à ofensa de sua honra ou imagem.

b) a legitimidade para pleitear a reparação por danos morais é, em regra, do próprio ofendido, no entanto, em certas situações, são cogitadas também aquelas pessoas que, sendo muito próximas afetivamente à vítima, são atingidas indiretamente pelo evento danoso, reconhecendo-se, em tais casos, o chamado dano moral reflexo ou em ricochete.

c) a pessoa jurídica não pode sofrer dano moral, mesmo que demonstrada ofensa à sua honra objetiva.

d) o dano moral coletivo é categoria autônoma de dano relacionado à violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade, sendo indenizável apenas se comprovada a dor, o sofrimento e a humilhação das pessoas que compõem a coletividade lesada.

e) a fixação do valor devido a título de indenização por danos morais deve considerar o método trifásico, que conjuga os critérios da valorização das circunstâncias do caso e do interesse jurídico lesado, minimiza eventual arbitrariedade ao se adotar critérios unicamente subjetivos do julgador, bem como considera a tarifação do dano.

Questão 7

Considere as seguintes afirmativas:

I) não se confunde com a prescrição, resultando na perda de um direito pelo seu não exercício por tempo suficiente para gerar na outra parte da relação jurídica a confiança de que o mesmo não mais será exigido;

II) surgimento de um direito não previsto na relação contratual, mas que se incorpora no patrimônio de uma das partes em razão do comportamento reiterado da outra;

III) vedação ao comportamento de uma das partes da relação contratual que viola regra estabelecida no acordo e tenta se aproveitar de situação favorável decorrente da violação que em que ela mesma incorreu.

As assertivas referem-se, respectivamente, a:

- a) supressio, surrectio e tu quoque.
- b) tu quoque, surrectio e supressio.
- c) surrectio, supressio e tu quoque.
- d) tu quoque, supressio e surrectio.
- e) surrectio, tu quoque e supressio.

Questão 8

Analise a questão, quanto ao tema “obrigações civis”.

Nos casos de ocorrência de dívida de jogo e garantia real prestada por terceiro representam, o Código Civil reconhece tais obrigações, respectivamente, como:

- a) nula; de garantia pessoal.
- b) anulável; com debitum sem obligatio.
- c) com schuld sem haftung; com haftung sem schuld.
- d) com debitum e obligatio; com schuld sem haftung.
- e) ilícita; com debitum e obligatio.

Questão 9

Tatiana colocou sua casa de veraneio a venda. Gilmar se interessou pelo imóvel e foi conhecê-lo. Tatiana mostrou a casa a Gilmar, mas não o informou, propositalmente, que aos fins de

semana, as pessoas utilizavam a sua rua para estacionar os carros e aproveitar o parque ecológico instalado na beira do lago que margeava a propriedade, com medo de que o interessado desistisse da compra. Gilmar, por sua vez, comprou a casa, mas ficou muito desapontado, visto que não compraria uma casa cujo fluxo de carros em frente à sua garagem ficaria comprometido aos fins de semana.

Nos termos apresentados, o negócio jurídico:

a) é válido e eficaz, não havendo qualquer anulabilidade, tendo em vista que a situação dos carros aos fins de semana é um fato público que poderia ser descoberto por um comprador mais prudente e diligente.

b) está eivado pelo vício do erro, podendo ser anulado no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato.

c) está eivado pelo vício da lesão, podendo ser anulado no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

d) é nulo de pleno direito, em razão da existência de dolo positivo por parte de Tatiana, podendo ser desconstituído a qualquer tempo.

e) está eivado pelo vício do dolo negativo, podendo ser anulado no prazo máximo de 4 (quatro) anos, contados da data da assinatura do contrato.

Questão 10

Lauretiano, por meio de testamento, destina parte de seus bens livres à construção de uma fundação, cujo objetivo é promover assistência a idosos na cidade de Bacurau. Todavia, os bens destinados foram insuficientes. Diante da situação, nada havia sido disposto por Laurentiano.

Após a análise da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

a) Os bens destinados à fundação serão, nesse caso, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

b) Os bens serão arrecadados e passarão ao domínio do município de Bacurau, se localizados na respectiva circunscrição.

c) O Ministério Público, responsável por velar pelas fundações, destinará os bens dotados para o fundo de assistência mantido pelo Estado para a defesa dos hipossuficientes.

d) Os bens deverão ser incorporados ao patrimônio da União.

e) Os bens dotados deverão ser convertidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos, consigam perfazer a finalidade pretendida.

Direito Processual Civil

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

Questão 11

Assinale a alternativa correta:

a) Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão suportadas pelo réu.

b) A Administração Pública pode participar da arbitragem e mediação, mas não da conciliação.

c) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

d) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e o pedido ser juridicamente possível.

e) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito. Todavia, obtido o provimento em ação declaratória, é impossível executar a decisão e obter, por exemplo, o pagamento de uma quantia.

Questão 12

Marque a alternativa incorreta:

a) No procedimento de carta rogatória, em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

b) O pedido passivo de cooperação jurídica internacional será recusado se configurar manifesta ofensa à ordem pública.

c) Tramitando a demanda perante a justiça estadual e havendo intervenção da União como assistente, os autos não serão remetidos se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo estadual perante o qual foi proposta a ação. Ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, não examinará o mérito daquele em que exista interesse da União.

d) Para as ações fundadas em direito real de propriedade, vizinhança e servidão sobre imóveis, é competente o foro de situação da coisa.

e) Para demandas sobre divórcio, separação e anulação de casamento, para definir o foro competente, não é preciso levar em consideração o fato de haver ou não vítima de violência doméstica e familiar.

Questão 13

Assinale a alternativa correta.

a) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.

b) O foro de eleição pode ser previsto por escrito ou oralmente. Se for abusiva a cláusula, o juiz pode reconhecer de ofício a qualquer momento.

c) Se um juiz declina da competência para outro magistrado, este, se não acolher a competência declinada, deverá devolver os autos ao juiz declinante.

d) O pedido de cooperação jurisdicional para a coleta de depoimentos deve ser prontamente atendido, desde que haja prévia reunião ou apensamento de processos.

e) O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, sempre por seu procurador.

Questão 14

Marque a alternativa correta.

a) O autor de uma reconvenção, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no país ao longo da tramitação de processo prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária nas ações que propuser, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento.

b) Quem não cumpre com exatidão as decisões jurisdicionais está sujeito à multa por ato atentatório à dignidade da justiça, que poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º (multa no cumprimento de sentença), e 536, § 1º (multa cominatória).

c) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará o percentual mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos.

d) Quando o advogado atua em causa própria, não são devidos honorários sucumbenciais.

e) O juiz não tem flexibilidade para conceder parcelamento de despesas processuais que o beneficiário da justiça gratuita, eventualmente, tenha que arcar.

Questão 15

Considerando o NCPC, a resposta correta é:

a) O litisconsórcio é necessário apenas quando houver disposição de lei o prevendo.

b) Para que o evicto possa exercer os direitos resultantes da evicção, na hipótese em que a perda da coisa adquirida tenha sido determinada por decisão judicial, é necessário o trânsito em julgado da referida decisão.

c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

d) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado

pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

e) O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família, apenas quando houver interesse de incapaz. Não precisará, portanto, intervir nas demandas de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Questão 16

Marque a alternativa incorreta:

a) Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento

c) A coisa julgada material afasta a possibilidade de discussão sobre a invalidade de atos praticados em processos por ela alcançados.

d) Em se tratando de demanda ajuizada com o objetivo de obter indenização por danos materiais e morais, se um dos pedidos formulados pelo autor tornar-se incontroverso após a apresentação da resposta do réu, o juiz deverá decidir parcialmente o mérito.

e) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

Questão 17

A resposta incorreta, conforme enunciados das Jornadas do Conselho da Justiça Federal, é:

a) Na ausência de auxiliares da justiça, o juiz poderá realizar a audiência inaugural do art. 334 do CPC, especialmente se a hipótese for de conciliação.

b) É necessário o anúncio prévio do julgamento do pedido nas situações do art. 355 do CPC.

c) A qualificação incompleta da testemunha só impede a sua inquirição se houver demonstração de efetivo prejuízo.

d) As medidas adequadas para efetivação da tutela provisória independem do trânsito em julgado, inclusive contra o Poder Público (art. 297 do CPC).

e) Não ocorre a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, quando deferida em ação rescisória.

Questão 18

Segundo o NCPC, é incorreto afirmar:

a) Reconhecida a necessidade de produção de prova, o relator expedirá carta de ordem para que o juízo de 1º grau, por exemplo, ouça testemunhas, não podendo essa oitiva se realizar no Tribunal.

b) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles. E, na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor.

c) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se. Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.

d) O juiz poderá, em decisão fundamentada, deferir antecipadamente a qualquer dos herdeiros o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinado bem, com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro, cabendo a este, desde o deferimento, todos os ônus e bônus decorrentes do exercício daqueles direitos.

e) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: fraudar a execução; se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; dificulta ou embaraça a realização da penhora; resiste injustificadamente às ordens judiciais; intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

Questão 19

Assinale a alternativa incorreta:

a) O art. 927, CPC prevê os seguintes precedentes obrigatórios: decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; os enunciados de súmula vinculante; os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos

extraordinário e especial repetitivos; os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

b) O Código busca a segurança jurídica e a isonomia, reforçando o sistema de precedentes e estabelecendo como regra, no plano vertical, a observância dos precedentes e, no plano horizontal, a estabilidade, a integridade e a coerência da jurisprudência.

c) Nos juizados especiais, o prazo é contado em dias úteis, mas não há prazo dobrado para Advocacia Pública, Ministério Público, Defensoria Pública e litisconsortes patrocinados por escritórios de advocacia distintos.

d) Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar.

e) O princípio da reserva de plenário se aplica no âmbito dos juizados especiais em geral.

Questão 20

Assinale a assertiva que não está de acordo com os diplomas normativos e com a jurisprudência sobre a Tutela Coletiva:

a) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.

b) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

c) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

d) Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, sem que haja configuração da mora em momento anterior.

e) O Ministério Público de determinado estado da Federação e o Ministério Público Federal ajuizaram, em litisconsórcio, ação civil pública para tutela de direitos individuais homogêneos de consumidores lesados por contrato de consumo. Caso seja rejeitado o pedido, com sentença transitada em julgado, não estará vedada a propositura de nova demanda coletiva, com o mesmo objeto, por outro legitimado coletivo.

Direito do Consumidor

Questão 21

Assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento jurisprudencial:

a) Banco não é responsável por fraude em compra on-line paga via boleto quando não se verificar qualquer falha na prestação do serviço bancário.

b) A instituição financeira responde por vício na qualidade do produto ao emitir comprovantes de suas operações por meio de papel termossensível.

c) É ilícita a conduta do banco que transferiu, sem autorização expressa do cliente, recursos do correntista para uma modalidade de investimento com alto risco, incompatível com o perfil moderado do cliente, motivo pelo qual a instituição deve ser condenada a indenizar os danos materiais e morais porventura causados com esta operação.

d) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável ao contrato de fiança bancária acessório a contrato administrativo.

e) É válida a restrição imposta pelas instituições financeiras que se recusam a celebrar empréstimo consignado caso soma da idade do cliente com o prazo de duração do contrato seja superior a 80 anos.

Questão 22

No que se refere à convenção coletiva de consumo, assinale a alternativa incorreta:

a) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo.

b) As relações de consumo reguladas podem ter por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.

c) Não se exige de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

d) A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.

e) A convenção tornar-se-á obrigatória a partir da deliberação pelas entidades signatárias.

Questão 23

Clara e Maria são alunas de uma escola particular, e todos os dias elas consomem alimentos fornecidos pela lanchonete do estabelecimento de ensino, no horário do intervalo. Certo dia, ao chegarem em casa, sentiram-se mal e foram internadas no hospital com sintomas de intoxicação alimentar. A mãe de Clara, posteriormente, soube que outros alunos do colégio também haviam sido hospitalizados, apresentando os mesmos sintomas. O pai de Maria, presidente da associação de pais, ao tomar conhecimento dos fatos, propôs ação coletiva visando à indenização aos alunos atingidos pela intoxicação. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

a) A associação tem legitimidade para a propositura da ação coletiva, desde que esteja constituída há pelo menos um ano e tenha autorização assemblear para a propositura da ação.

b) A sentença fará coisa julgada erga omnes, se o pedido for julgado procedente, beneficiando todas as crianças que foram vítimas da intoxicação, salvo as que tiverem ingressado com ações individuais e não requereram a suspensão dos respectivos processos no prazo legal.

c) As entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, desde que com personalidade jurídica, tem legitimidade para propositura da ação coletiva.

d) A sentença fará coisa julgada erga omnes e ultra partes e beneficiará os autores das ações individuais, independentemente de terem

requerido a suspensão das ações individuais, em razão do princípio da hipossuficiência do consumidor.

e) O Ministério Público não tem legitimidade para a ação, vez que se tratam de direitos individuais homogêneos.

Questão 24

São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor, exceto:

a) serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.

b) serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade.

c) ocasionarem grave dano individual ou coletivo.

d) cometidos por servidor público, ou por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima.

e) em detrimento de operário ou rurícola; de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência mental interdidadas.

Questão 25

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de relações consumeristas:

I - A relação entre concessionária de serviço público e o usuário final para o fornecimento de serviços públicos essenciais é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

II - É obrigatória a restituição em dobro da cobrança indevida de tarifa de água, esgoto, energia ou telefonia, salvo na hipótese de erro justificável, que não decorra da existência de dolo, culpa ou má-fé.

III - É subsidiária a responsabilidade daqueles que veiculam publicidade enganosa, em relação aos que dela se aproveitam na comercialização de seu produto ou serviço.

IV - É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a

abusividade fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Apenas I, II e III estão corretos.

c) Apenas I e II estão corretos.

d) Apenas II, III e IV estão corretos.

e) Apenas I, II e IV estão corretos.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 26

No tocante à Jurisprudência pátria dominante concernente aos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

a) São inconstitucionais os dispositivos do ECA que proibem o recolhimento compulsório de crianças e adolescentes, mesmo que estejam perambulando nas ruas.

b) Com o advento do novo CPC, a contagem dos prazos nos ritos regulados pelo ECA passou a ocorrer apenas em dias úteis.

c) Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris et de jure de paternidade.

d) A expedição de mandado de busca e apreensão para localizar adolescente que descumpriu medida socioeducativa de liberdade assistida não configura constrangimento ilegal.

e) o adolescente infrator, em regra, tem direito de aguardar em liberdade o julgamento da apelação interposta contra a sentença que lhe impôs a medida de internação.

Questão 27

Considere a situação hipotética. Pedro, adolescente de 15 anos de idade, foi apreendido enquanto praticava ato infracional análogo ao delito de roubo. Antes de ter sido iniciado qualquer procedimento judicial, Pedro foi apresentado ao Promotor de Justiça competente, que, após a oitiva do adolescente, ofereceu remissão ao adolescente, combinada com medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. O juiz, ao analisar os autos, discordou da aplicação da medida socioeducativa. Nesse caso, o juiz:

- a) poderá encaminhar os autos ao Tribunal de Justiça competente, que decidirá acerca da medida socioeducativa adequada.
- b) poderá, de ofício, alterar os termos da remissão, aplicando a medida socioeducativa que entender correta, desde que atendidos os requisitos legais.
- c) poderá remeter os autos ao Procurador Geral de Justiça, que poderá, dentre outras medidas, designar outro Promotor para oferecer representação.
- d) deverá aceitar a remissão em seus termos, em respeito à autonomia do Ministério Público.
- e) poderá remeter os autos ao Procurador Geral de Justiça, que poderá, dentre outras medidas, ratificar a remissão, decisão esta que não vincula o magistrado.

Questão 28

Considerando as disposições legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Qualquer notícia a respeito de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
- b) Foi instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de janeiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que

contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

- c) A alienação parental é uma modalidade de tratamento cruel ou degradante.
- d) Agressões físicas ou verbais praticadas por adulto contra criança não ensejam a responsabilização automática por danos morais, sendo necessário a verificação de que o ato praticado pelo adulto afetou o desenvolvimento ou a integridade da criança.
- e) A inclusão de criança ou adolescente em programa de apadrinhamento implica a transferência da guarda da criança ou adolescente ao padrinho.

Questão 29

Visando fornecer o máximo de orientação possível à mãe que tem interesse em entregar seu filho para adoção, a legislação protetiva da criança e do adolescente prescreveu a necessidade de seu encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude. Sobre esse procedimento, considere as seguintes assertivas:

- I. A busca à família extensa respeitará o prazo máximo de noventa dias, improrrogáveis.
 - II. Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada em audiência.
 - III. Os detentores da guarda possuem o prazo de quinze dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.
 - IV. Na hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de cento e vinte dias.
- a) I, II, III e IV.
 - b) II e III.
 - c) II e IV.
 - d) II e III.
 - e) I, III e IV.

Questão 30

Considerando a legislação e jurisprudência pátrias concernentes aos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo em caso de extrema necessidade, nos casos de apuração de ato infracional que envolva violência ou grave ameaça.
- b) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e reincidência em atos infracionais.
- c) É direito do adolescente privado de liberdade, dentre outros, o de receber visitas, ao menos, quinzenalmente.
- d) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- e) Não é possível a aplicação da circunstância atenuante de confissão espontânea em procedimento de apuração de ato infracional submetido ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito Penal

Questão 31

Sobre os crimes contra a vida, assinale a alternativa incorreta:

- a) Praticado o feminicídio com descumprimento da restrição ou suspensão judicial de visitas aos dependentes menores da vítima e do agente, haverá a incidência de causa de aumento de pena, de um terço até metade, em razão do descumprimento da medida prevista na Lei 11.340/2006.

b) De acordo com o STJ, a qualificadora do feminicídio pode coexistir com a qualificadora do motivo torpe, pois o feminicídio tem natureza objetiva, o que dispensa a análise do animus do agente, enquanto o motivo torpe tem natureza subjetiva, já que é de caráter pessoal.

c) De acordo com o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, responde por homicídio simples aquele que pratica o delito sem motivo. Isto porque não incide a qualificadora do motivo fútil no caso de crime praticado com ausência de motivos, já que são situações diversas.

d) A qualificadora do chamado homicídio funcional, de acordo com o texto legal, só abrange o vínculo consanguíneo, de forma que ela não incide se a vítima for o pai adotivo do militar.

e) É possível a configuração do chamado homicídio híbrido, também chamado qualificado-privilegiado, desde que a qualificadora tenha natureza objetiva, já que todas as causas de privilégio são de natureza subjetiva.

Questão 32

Maurício estava em um transporte público quando passou a encostar seu órgão sexual na passageira que estava logo na sua frente, a qual não percebeu, de imediato, devido à lotação e o espaço ser quase nenhum. Quando houve uma parada, a mulher percebeu e gritou, ocasião em que Maurício conseguiu evadir. Ele praticou a seguinte infração penal:

- a) Estupro tentado.
- b) Estupro consumado.
- c) Contravenção de importunação ao pudor.
- d) Importunação sexual.
- e) Assédio Sexual.

Questão 33

Assinale a alternativa correta sobre concurso de crimes, em relação à previsão legislativa e sua interpretação pelos Tribunais Superiores:

- a) A continuidade delitiva se configura com requisitos objetivos, independentemente do elemento subjetivo do agente.
- b) Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, a continuidade delitiva implica em aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.
- c) É possível reconhecer a continuidade delitiva entre roubo e latrocínio, já que este último é uma forma qualificada daquele, de modo que são crimes da mesma espécie.
- d) O concurso material benéfico determina a aplicação do sistema de exasperação de penas, por ser sempre mais benéfico.
- e) O concurso formal impróprio incide quando o agente pratica mais de um delito por meio de uma só conduta.

Questão 34

No caso de furto privilegiado, o Código Penal possibilita ao juiz substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa. Referida previsão aplica-se também aos seguintes crimes, exceto:

- a) Dano.
- b) Estelionato.
- c) Receptação dolosa.
- d) Apropriação indébita.
- e) Fraude no comércio.

Questão 35

Em 2017, Brutus, funcionário público do setor de atendimento de uma autarquia, aproveitou-se que o setor de cadastro estava temporariamente vazio e encontrou um computador com senha inserida. O responsável havia ido ao banheiro e o sistema estava aberto, ocasião em que Brutus inseriu dados diversos a fim de diminuir o débito de um amigo com o ente público respectivo.

Posteriormente, o setor da dívida ativa percebeu a alteração e cobrou da dívida do amigo de Brutus.

Brutus cometeu o seguinte crime:

- a) Artigo 312, § 1º, do CP – peculato-furto.
- b) Artigo 297 do CP – falsificação de documento público.
- c) Artigo 313-A do CP – inserção de dados falsos em sistema de informações.
- d) Artigo 299 do CP – falsidade ideológica.
- e) Artigo 313-B do CP – modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

Questão 36

Acerca das causas de exclusão da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A embriaguez voluntária não exclui a culpabilidade, pela teoria da actio libera in causa, mas a culposa pode excluir, por falta de capacidade de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento
- b) O Código Penal adotou, para todas as dirimentes, o critério biopsicológico, que exige, além de uma causa biológica, como a doença mental, que se demonstre que ao tempo do crime o agente não podia compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) É isento de pena o agente que, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Se o fato é cometido mediante coação física absoluta, fica excluída a culpabilidade do agente, por inexigibilidade de conduta diversa.
- e) O erro de proibição, se escusável, afasta a culpabilidade, por falta de potencial consciência da ilicitude.

Questão 37

Assinale a alternativa correta sobre o concurso de pessoas:

- a) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- b) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada em até dois terços, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. Por isso, é possível que um particular responda pelo crime de peculato, desde que em coautoria.
- d) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega à fase dos atos preparatórios.
- e) A doutrina majoritária entende que a diferenciação entre autor e partícipe ocorre por meio da teoria objetivo-material, com adoção, em regra, da teoria monista para definição do delito pelo qual os agentes que agem em concurso responderão.

Questão 38

Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes omissivos:

- a) Os crimes omissivos próprios possuem um tipo mandamental, trazendo a ordem de uma conduta valiosa ao agente.
- b) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- c) Os crimes omissivos próprios admitem a tentativa, modalidade em que, em regra, a pena deve ser diminuída de um a dois terços.
- d) Nos crimes comissivos por omissão, a doutrina aponta a posição de garantidor, o que torna o agente responsável pelo resultado.
- e) Os crimes omissivos puros possuem, como núcleo do tipo, um “não fazer”, uma conduta negativa.

Direito Processual Penal

Questão 39

Sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, bem como o que prevê a legislação acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa errada:

- a) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa. Entretanto, havendo a participação de todas as partes na representação do desaforamento, não há se falar em nulidade.
- b) Após as modificações no rito do Tribunal do Júri introduzidas pela Lei n. 11.689/2008, o quesito genérico de absolvição (art. 483, III, do CPP) não pode ser tido como contraditório em relação ao reconhecimento da autoria e da materialidade do crime.
- c) Se a resposta dos jurados a qualquer dos quesitos do artigo 483 do CPP for contraditória a outra ou outras já dadas, o presidente explicará aos jurados a existência da contradição e submeterá a nova votação os quesitos cujas respostas foram contraditórias.
- d) A soberania do veredicto do Tribunal do Júri impede a desconstituição da decisão por meio de revisão criminal.
- e) A simples leitura da pronúncia no Plenário do Júri não leva à nulidade do julgamento, que somente ocorre se a referência for utilizada como argumento de autoridade que beneficie ou prejudique o acusado.

Questão 40

Com relação às questões preliminares e prejudiciais, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não pode decretar a suspensão do curso da ação penal de ofício, apenas através de requerimento expresso e com a concordância de ambas as partes, tanto da defesa quanto do Ministério Público.
- b) Constitui característica/elemento das questões prejudiciais, de acordo com a classificação doutrinária, a autonomia. Por essa característica, existiria um processo onde se tem a questão prejudicada e outro (autônomo e distinto) no qual se definiria a questão prejudicial.
- c) As questões prejudiciais são aquelas que tratam de temas de direito processual, não possuindo autonomia e independência, só podendo ser apreciadas pelo juízo penal.
- d) As questões preliminares, que tratam de direito material, podem ser analisadas tanto pelo juízo penal quanto pelo extrapenal.
- e) A questão prejudicial imperfeita é aquela que pertence a outro ramo de direito da questão prejudicada.

Questão 41

Assinale a alternativa incorreta, sobre as exceções no processo penal:

- a) As exceções processuais são aquelas dirigidas contra o processo ou a admissibilidade da ação penal. São exemplos de exceções processuais aquelas previstas no rol do artigo 95 do CPP.
- b) No que se refere à classificação das exceções, a negativa de autoria constitui exceção de natureza material direta, porquanto constitui ataque à pretensão acusatória.
- c) São exceções peremptórias as de suspeição, litispendência e incompetência.
- d) Com relação ao efeito, considera-se exceção dilatória a de impedimento.
- e) Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias.

Questão 42

O conflito de competência surge quando dois ou mais magistrados pretendem, ou não, oficiar num mesmo processo. Assinale a alternativa correta.

- a) No caso de dois ou mais juízes se considerarem competentes para julgar o caso, estar-se-ia diante de inexistência de conflito de competência.
- b) O conflito de competência somente pode ser suscitado pela defesa, voltado sempre a preservar os interesses do réu.
- c) O Tribunal de Justiça do Estado onde o processo foi distribuído primeiramente é competente para julgar conflito de competência estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- d) Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.
- e) Ainda que já exista sentença transitada em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes, em determinados casos, é possível que haja conflito de competência.

Questão 43

Sobre as causas de impedimento do juiz. Está errada apenas a seguinte afirmação:

- a) Não pode exercer a jurisdição o magistrado que já tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- b) Considera-se impedido o juiz, se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;
- c) Estará impedido, também, se tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;
- d) Estará impedido quando ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- e) É impedido, ainda, quando ele próprio houver servido como testemunha.

Questão 44

Sobre os sujeitos do processo assinale a alternativa errada:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- b) Do despacho que admitir, ou não, o assistente de acusação, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.
- c) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.
- d) Defensor dativo é aquele nomeado pelo juiz para os acusados que não tem advogado constituído nos autos. Essa nomeação pode se dar em favor dos acusados que não possuam condição para a contratação, ou mesmo para aqueles que, a despeito de possuírem condições financeiras, não o fizeram, transcorrendo-se o prazo legal para a apresentação de resposta à acusação.
- e) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Questão 45

Julgue os itens a seguir e encontre a alternativa correta:

- a) O uso de algemas é excepcional, mas poderá ser feito caso a pessoa resista à prisão em flagrante, ainda que se trate de prisão de mulher em estado de puerpério imediato.
- b) As pessoas jurídicas não podem figurar no polo passivo da relação processual penal sem que haja paralela imputação da conduta à pessoa física gestora ou administradora responsável pelo dano.

c) De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão que julga extinta a punibilidade é causa impeditiva da propositura da ação civil.

d) Durante uma interceptação telefônica, ainda que regularmente decretada pela autoridade judicial e realizada conforme os ditames legais e constitucionais, as autoridades que tomarem ciência da prática de outro crime que não estava sendo investigado deverão desentranhar dos autos os elementos correspondentes por se tratar de prova ilícita.

e) O habeas corpus está localizado topograficamente no Título que versa sobre Recursos em Geral no Código de Processo Penal, mas não possui natureza recursal.

Questão 46

Assinale a alternativa correta, considerando o entendimento que prevalece nos tribunais superiores sobre os temas tratados:

- a) As infrações de menor potencial ofensivo, cujos procedimentos forem encaminhados do Juizado Especial Criminal, adotarão, no juízo comum, o rito sumário e não o sumaríssimo.
- b) No processo penal, o efeito devolutivo dos recursos não é regra, deve ser outorgado pelo juízo recorrido, de acordo com a verossimilhança das razões recursais.
- c) O recebimento da denúncia oferecida com excesso de prazo pela acusação será considerado nulo.
- d) Segundo entendimento corrente na jurisprudência, as leis podem vedar a liberdade ou impor a prisão para determinados crimes (isso seria constitucional). Esse desvalor das condutas, segundo a mesma jurisprudência, não pode ser violado pelo Poder Judiciário, que, nessas condições, estaria vinculado a prender ou soltar de acordo com os ditames da norma.
- e) A adoção do sistema presidencialista na inquirição das testemunhas, segundo entendimento pacificado, gera nulidade absoluta da instrução probatória.

Legislação Penal Especial

Questão 47

A respeito dos crimes praticados no trânsito, assinale a alternativa em que a tipicidade formal está CORRETA:

- a) Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, independentemente de qualquer motivação.
- b) O crime de se afastar do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída, exige resultado naturalístico para fins de consumação.
- c) A embriaguez ao volante depende exclusivamente do álcool para fins de consumação.
- d) Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada.
- e) Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, é crime de perigo abstrato.

Questão 48

A respeito das formas de violência contra a mulher, indique a alternativa que contém um trecho diverso do previsto na Lei Maria da Penha:

- a) a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- b) a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

c) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que praticados mediante violência ou grave ameaça.

d) a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

e) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

Questão 49

Marque a alternativa CORRETA quanto aos dispositivos da Lei 9.296, que cuida da interceptação de comunicações telefônicas:

- a) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação.
- b) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido.
- c) Deferido o pedido, as operadoras de telefonia conduzirão os procedimentos de interceptação, dando ciência à autoridade policial, que poderá acompanhar a sua realização.
- d) Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao Ministério Público.
- e) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, será feita nos próprios autos, porém, com o sigilo que a medida necessita.

Questão 50

Acerca da Lei dos Crimes Hediondos, marque a alternativa que contradiz a literalidade da lei:

- a) A progressão de regime, no caso dos condenados pelos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- b) A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.
- d) Dar-se-á o livramento condicional para os condenados por crimes hediondos cumprido mais de dois terços da pena, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
- e) Consideram-se também hediondos os crimes de genocídio, tortura e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Questões 51

Dentre as alternativas abaixo, aponte a que não contém um requisito do crime de tráfico de drogas sob a modalidade privilegiada, expressa na Lei n.º 11.343/2006:

- a) não estar sendo processado por outro delito referente a essa lei.
- b) não se dedicar a atividades criminosas.
- c) não possuir maus antecedentes.
- d) não integrar organização criminosa.
- e) não ser reincidente.

Questão 52

A possibilidade de o funcionário público, acusado do crime de tráfico de entorpecente, ser afastado de suas atividades antes de eventual condenação, é prevista na Lei n.º 11.343/06 como

- a) interdição temporária de direito.
- b) suspensão temporária de direito.

- c) pena restritiva de direitos.
- d) pena acessória.
- e) medida cautelar.

Questão 53

Acerca dos crimes previstos em leis penais especiais, assinale a opção INCORRETA

- a) Nos termos da Lei nº 12.850/13, o delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.
- b) O crime de tortura não admite a modalidade preterdolosa se resultar na morte do torturado, devendo o agente ser submetido a julgamento pelo rito especial do júri.
- c) A violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06, não se restringe ao tipo penal previsto no §9º, do art.129 do Código Penal.
- d) A Lei nº 9.296/96 que trata das interceptações de comunicações telefônicas não se restringe à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática no curso da investigação criminal e em instrução processual penal.
- e) A lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso – amplia o conceito de infração de menor potencial ofensivo ao permitir a aplicação do procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 aos crimes nela previstos cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapasse quatro anos.

Direito Constitucional

Questão 54

Sobre o Sistema Nacional de Cultura, é INCORRETO afirmar:

- a) O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes.
- b) O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se, entre outros, pelos princípios da universalização do acesso aos bens e serviços culturais e transversalidade das políticas culturais.
- c) Leis federais e estaduais disporão sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.
- d) Os órgãos gestores da cultura e os conselhos de política cultural fazem partes da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação.
- e) O Sistema Nacional de Cultura tem por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Questão 55

No que se refere à ação popular, assinale a opção correta.

- a) A decisão proferida pelo STF em ação popular possui força vinculante para juízes e tribunais, quando do exame de outros processos em que se discuta matéria similar.
- b) Consoante entendimento do STJ, salvo deferimento de gratuidade de justiça, o privilégio da isenção de custas no âmbito da ação popular é de exclusividade do autor, não se estendendo à parte ré.
- c) Para o cabimento da ação popular é exigível a demonstração do prejuízo material aos cofres públicos.

d) O MP, havendo comprometimento de interesse social qualificado, possui legitimidade ativa para propor ação popular.

e) Compete ao STF julgar ação popular contra autoridade cujas resoluções estejam sujeitas, em sede de mandado de segurança, à jurisdição imediata do STF.

Questão 56

Dentre as medidas excepcionais de controle do pacto federativo, encontra-se a intervenção, que, à luz da Constituição Federal, cabe ser decretada

- a) para garantir o livre exercício do Poder Legislativo Estadual, após solicitação dele.
- b) independentemente de apreciação pelo Congresso Nacional, se assim entender conveniente o Presidente da República.
- c) em razão de instabilidade institucional.
- d) após aprovação do Congresso Nacional, por decreto legislativo.
- e) deixando de haver prisão durante a vigência do estado excepcional.

Questão 57

A denominada cláusula de reserva de plenário, aplicada na apreciação judicial de leis e atos normativos submetidos ao controle de constitucionalidade, deve ser observada quando

- a) a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do STF ou em súmula deste Tribunal.
- b) do julgamento realizado pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.
- c) o processo for objeto de julgamento de plano pelo relator, ainda que haja pronunciamento anterior do Plenário sobre a questão.
- d) o órgão fracionário do Tribunal julgar a norma ou o ato impugnado e entender pela sua constitucionalidade.
- e) o órgão fracionário nega a aplicação de lei ou ato normativo e declara a parcial nulidade sem redução de texto do referido dispositivo.

Questão 58

No tocante ao Poder Legislativo, a Constituição Federal estabeleceu que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Nesse sentido, portanto, no que diz respeito às CPIs, assinale a alternativa correta.

- a) Com base no seu poder geral de cautela, as CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens do indiciado.
- b) Diferentemente do entendimento que se aplica às CPIs em âmbito federal, uma CPI estadual não pode requerer a quebra de sigilo de dados bancários do investigado.
- c) As ações de mandado de segurança e de habeas corpus impetradas contra CPIs não se extinguem em virtude da conclusão dos seus trabalhos investigatórios se não aprovado seu relatório final.
- d) A CPI tem poderes para determinar a busca e apreensão de bens, objetos e computadores, desde que essa diligência não se efetive em local inviolável, como os espaços domiciliares.
- e) As CPI's, em situações excepcionais, podem determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondência.

Questão 59

Na hermenêutica constitucional, a doutrina sistematizou os princípios e métodos de interpretação que são utilizados pelo intérprete para extrair o verdadeiro significado da norma constitucional, bem como a sua correta aplicação e extensão. Nesse contexto, a nulidade parcial sem redução de texto ganha destaque como técnica de decisão a ser utilizada pelo STF nos casos concretos. Assim, assinale a alternativa que aponta, corretamente, um tipo de decisão judicial interpretativa pela qual, diante de possíveis interpretações que podem ser extraídas de um ato normativo, o STF exclui ou anula o sentido apresentado pelo texto da lei de maneira inconstitucional, aceitando, no entanto, outras possibilidades interpretativas.

- a) Sentença interpretativa de aceitação.
- b) Sentença normativa substitutiva.

- c) Sentença manipulativa de efeito aditivo.
- d) Sentença interpretativa de rechaço.
- e) Sentença transitiva de aviso

Questão 60

É competência, respectivamente, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

- a) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais; e o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição da Câmara dos Deputados.
- b) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta; e a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado; e o mandado de segurança e o habeas data contra atos da Mesa da Câmara dos Deputados.
- d) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados; e a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
- e) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

Questão 61

Normas constitucionais de eficácia limitada

- a) não servem como parâmetro de inconstitucionalidade.
- b) implicam a não-recepção da legislação infraconstitucional anterior com elas incompatível.
- c) orientam, mas não condicionam a produção do legislador infraconstitucional.
- d) são indiferentes à configuração de eventual inconstitucionalidade por omissão.
- e) admitem disciplina em sentido diverso do que apontam, por meio de lei complementar.

Questão 62

A respeito das constituições classificadas como semânticas, assinale a opção correta.

- a) São aquelas que se estruturam a partir da generalização congruente de expectativas de comportamento.
- b) São aquelas cujas normas dominam o processo político; e nelas ocorrem adaptação e submissão do poder político à constituição escrita.
- c) Funcionam como pressupostos da autonomia do direito, e nelas a normatividade serve essencialmente à formação da constituição como instância reflexiva do sistema jurídico.
- d) São aquelas cujas normas são instrumentos para a estabilização e perpetuação do controle do poder político pelos detentores do poder fático.
- e) São aquelas cujo sentido das normas se reflete na realidade constitucional.

Questão 63

A Constituição Federal de 1988 propicia amparo a alguns grupos sociais vulneráveis, sendo um exemplo disso

- a) a garantia de acesso e locomoção adequados às pessoas portadoras de deficiência, sendo a construção ou adaptação dos logradouros públicos e privados de responsabilidade do Estado.
- b) a proteção especial de crianças e adolescentes órfãos ou abandonados, por meio de acolhimento institucional, que será mantido com os recursos oriundos do salário-família.

c) a posse permanente, pelos índios, das terras por eles tradicionalmente ocupadas, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

d) a garantia de gratuidade nos transportes coletivos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

e) o conceito de família, estabelecido na Carta de 1988, de caráter limitado à comunidade entre ambos os pais com os respectivos filhos, como base da sociedade e destinatária de proteção especial do Estado.

Direito Eleitoral

Questão 64

Considerando a Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional lei que veda a criação de sátiras de candidatos após o prazo para a realização das convenções no ano das eleições.
- b) É constitucional a Resolução do TSE que proíbe propaganda eleitoral por meio de “telemarketing”, em qualquer horário.
- c) Configura dano moral indenizável a divulgação não autorizada da imagem de alguém em material impresso de propaganda político-eleitoral, desde que demonstrado prejuízo.
- d) É constitucional lei que determine a reserva de 5 a 15% do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento de campanhas eleitorais de partidos para a aplicação em suas candidatas.
- e) A pessoa que já exerceu dois mandatos consecutivos de Prefeito, ou seja, foi eleito e reeleito, fica inelegível para um terceiro mandato, desde que seja no mesmo município.

Questão 65

Considerando a Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena,

independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

b) O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia da eleição em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte

c) O filiado a partido político, ainda que não seja candidato, possui legitimidade e interesse para impugnar pedido de registro de coligação partidária da qual é integrante, em razão de eventuais irregularidades havidas em convenção.

d) Nos processos de registro de candidatura, o Juiz Eleitoral pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade, desde que resguardados o contraditório e a ampla defesa.

e) São inelegíveis, no município desmembrado, e ainda não instalado, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do prefeito do município-mãe, ou de quem o tenha substituído, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo.

Questão 66

Acerca da legislação eleitoral, assinale a alternativa Correta:

a) Nas campanhas para segundo turno das eleições para prefeito, onde houver, o limite de gastos de cada candidato será de 40% do limite para os respectivos cargos nas eleições de 2016, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aferido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por índice que o substituir.

b) os partidos podem comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral até o primeiro dia útil do mês de junho a renúncia ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Após a renúncia, será feita a redistribuição desses recursos aos demais partidos.

c) os gastos advocatícios e de contabilidade referentes a consultoria, assessoria e honorários, relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de

interesses de candidato ou partido político, estão sujeitos a limites de gastos ou a limites que possam impor dificuldade ao exercício da ampla defesa.

d) O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 15% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.

e) As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizadas em decorrência da prestação de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais não serão consideradas gastos eleitorais, sendo excluídas do limite de gastos de campanha.

Questão 67

Analise as seguintes assertivas.

I – a inelegibilidade reflexa é aplicáveis às eleições suplementares.

II – O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até 4 anos.

III – Segundo a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados.

IV – Exaurido o prazo de vigência de um órgão partidário, ocorrerá a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Considerando a legislação e jurisprudência pátrias, assinale a alternativa que contém as assertivas CORRETAS:

a) II e III.

b) I e III.

c) I apenas.

d) I e IV.

e) III apenas.

Questão 68

Sobre a organização e o funcionamento dos partidos políticos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O requerimento do registro de partido político indicará o nome e a função dos dirigentes provisórios e o endereço da sede do partido no território nacional.

b) A prova do apoio mínimo de eleitores é feita por meio de suas assinaturas, com menção ao número do respectivo título eleitoral, em listas organizadas para cada Zona, sendo a veracidade das respectivas assinaturas e o número dos títulos atestados pelo Escrivão Eleitoral, que dará imediato recibo de cada lista que lhe for apresentada e, no prazo de quinze dias, lavra o seu atestado, devolvendo-a ao interessado.

c) A constituição de órgãos de direção de partidos políticos, bem como suas alterações devem ser comunicadas ao TSE ou aos TREs, a depender do âmbito do órgão. Já os registros de atas e demais documentos devem ser realizados no cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da circunscrição do respectivo diretório partidário.

d) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 101 (cento e um), com domicílio eleitoral em, no mínimo, 1/4 (um quarto) dos Estados

e) A responsabilidade, inclusive civil e trabalhista, cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa ao não cumprimento da obrigação, à violação de direito, a dano a outrem ou a qualquer ato ilícito, excluída a solidariedade de outros órgãos de direção partidária.

Questão 69

À vista da legislação eleitoral vigente, assinale a alternativa correta:

a) Nos casos de mudança de partido de filiado eleito, a Justiça Eleitoral deverá intimar, por qualquer meio admitido em lei, a agremiação partidária e dar-lhe ciência da saída do seu filiado,

a partir do que passarão a ser contados os prazos para ajuizamento das ações cabíveis.

b) Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro, no Ofício Civil competente da sede do novo partido, do estatuto e do programa, cujo requerimento deve ser acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.

c) As decisões da Justiça Eleitoral nos processos de prestação de contas ensejam, desde que desaprovadas as contas, a inscrição dos dirigentes partidários no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

d) Para o exame das prestações de contas dos partidos políticos, o sistema de contabilidade pode gerar e disponibilizar os relatórios para conhecimento da origem das receitas e das despesas

e) A Justiça Eleitoral poderá exigir dos partidos políticos apresentação de certidão ou documentos expedidos por outro órgão da administração pública ou por entidade bancária e do sistema financeiro que mantém convênio ou integração de sistemas eletrônicos que realizam o envio direto de documentos para a própria Justiça Eleitoral.

Questão 70

Segundo a legislação eleitoral, a desaprovação das contas de partido político implicará:

a) exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20%. A sanção deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 a 12 meses

b) dentre outras penas, a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20%. A sanção deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 a 12 meses

c) exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de 20%. A sanção deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de até dois anos.

d) exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de

multa de até 20%. A sanção deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de até dois anos.

e) dentre outras penas, a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20%. A sanção deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de até dois anos.

Direito Empresarial

Questão 71

São características peculiares ao Direito Empresarial:

- a) Gratuidade, simplicidade, fragmentarismo, individualismo e rapidez.
- b) Rapidez, elasticidade, solidariedade, fragmentarismo e onerosidade.
- c) Cosmopolitismo, fragmentarismo, onerosidade, individualismo e normas codificadas.
- d) Simplicidade, internacionalidade, fragmentarismo, onerosidade e individualismo.
- e) Elasticidade, formalismo, fragmentarismo, individualismo e rapidez.

Questão 72

A respeito da evolução histórica do Direito Empresarial, assinale a alternativa correta:

- a) No sistema subjetivo, temos como figura central as corporações de ofício (associações de comerciantes). Por sua vez, no sistema objetivo, dá-se lugar para os chamados atos de comércio, identificados por meio enumerativo ou descritivo. Por fim, no sistema subjetivo moderno, alcança-se a figura do empresário, que exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços.
- b) No sistema objetivo, temos como figura central as corporações de ofício (associações de comerciantes). Por sua vez, no sistema subjetivo, dá-se lugar para os chamados atos de comércio, identificados por meio enumerativo ou descritivo. Por fim, no sistema subjetivo moderno, alcança-se a figura do empresário, que exerce,

profissionalmente, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços.

c) No sistema subjetivo moderno, temos como figura central as corporações de ofício (associações de comerciantes). Por sua vez, no sistema objetivo, dá-se lugar para os chamados atos de comércio, identificados por meio enumerativo ou descritivo. Por fim, no sistema subjetivo, alcança-se a figura do empresário, que exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços.

d) No sistema subjetivo, temos como figura central as corporações de ofício (associações de comerciantes). Por sua vez, no sistema subjetivo moderno, dá-se lugar para os chamados atos de comércio, identificados por meio enumerativo ou descritivo. Por fim, no sistema objetivo, alcança-se a figura do empresário, que exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços.

e) No sistema objetivo, temos como figura central as corporações de ofício (associações de comerciantes). Por sua vez, no sistema objetivo, dá-se lugar para os chamados atos de comércio, identificados por meio enumerativo ou descritivo. Por fim, no sistema objetivo moderno, alcança-se a figura do empresário, que exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços.

Questão 73

Quanto à teoria poliédrica de ALBERTO ASQUINI, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) De acordo com o perfil subjetivo, “empresa” se identifica como o próprio empresário. A empresa é, portanto, uma pessoa (física ou jurídica).
- b) Conforme o perfil objetivo, “empresa” é o conjunto de bens destinado ao exercício da atividade empresarial. Em última análise, empresa é o estabelecimento empresarial.
- c) A partir do perfil funcional, “empresa” é a própria atividade empresarial. Ou seja, a “empresa” representa um conjunto de atos tendentes a organizar os fatores da produção para a distribuição ou produção de bens ou serviços.
- d) Quanto ao perfil institucional (corporativo), segundo a doutrina, tal perfil inexistente no mundo real, sendo ideologia populista de direita ou totalitária.
- e) O perfil patrimonial aponta a “empresa” como o capital investido na atividade econômica pelo empresário.

Questão 74

A SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN) ajuizou, na Justiça Federal, ação declaratória de nulidade de ato administrativo contra o INPI e THE HEBREW UNIVERSITY OF JERUSALEM, em virtude da anulação administrativa da marca mista “Unidade Diagnóstica Einstein Jardins”, de sua titularidade, devidamente registrada pelo próprio INPI em 2007. Segundo o INPI, o cancelamento teria sido requerido por THE HEBREW UNIVERSITY OF JERUSALEM, detentora dos direitos autorais e de imagem legados por Albert Einstein, ao argumento de que não haveria consentimento para sua utilização. Nesse contexto, THE HEBREW UNIVERSITY OF JERUSALEM afirmou deter os direitos sobre todo o legado imaterial deixado pelo notório e consagrado Dr. Albert Einstein e jamais ter consentido com o registro da marca mista “Unidade Diagnóstica Einstein Jardins”. A SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, em réplica, afirmou que, quando do registro de sua marca “Albert

Einstein” em 1989, teve o consentimento do herdeiro do cientista, Hans Albert Einstein, sendo desnecessária nova autorização para registro da marca “Unidade Diagnóstica Einstein Jardins”.

A partir desse caso prático, assinale a alternativa correta:

- a) Não são registráveis como marca nome civil ou sua assinatura, nome de família ou patronímico e imagem de terceiros, independentemente do consentimento do titular, herdeiros ou sucessores.
- b) Cada novo registro de signo distintivo como marca, ainda que de mesma titularidade, deve atender todos os requisitos de registrabilidade, inclusive quanto à autorização do titular do nome civil eventualmente utilizado, de modo que agiu bem o INPI ao anular o registro da marca mista “Unidade Diagnóstica Einstein Jardins”.
- c) O prévio consentimento para utilização de determinado nome civil em marca dispensa nova autorização para sua utilização (nome civil) em qualquer outra marca que vier a ser registrada pelo favorecido pelo anterior consentimento, de modo que o INPI se equivocou ao anular o registro da marca mista “Unidade Diagnóstica Einstein Jardins”.
- d) Tratando-se de pessoa já falecida, a SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN (HOSPITAL ALBERT EINSTEIN) não precisaria do consentimento de herdeiros ou sucessores de Albert Einstein para registrar sua marca a partir desse nome civil.
- e) Equivocou-se o INPI, visto que a nulidade do registro apenas poderia ser reconhecida judicialmente.

Questão 75

Apresentada lista de credores pelo administrador judicial da recuperanda DOCES SATURNO LTDA, a credora FITO TRANSPORTE LTDA impugnou a lista, afirmando que seu crédito oriundo de compra e venda com reserva de domínio não estaria sujeito aos efeitos da recuperação judicial. O juiz, contudo, rejeitou a impugnação de FITO TRANSPORTE LTDA à lista de credores, pois a cláusula com reserva de domínio não foi registrada.

A partir desse caso prático, assinale a alternativa correta:

a) Independentemente do registro da cláusula de reserva de domínio, o crédito oriundo de compra e venda com reserva de domínio não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, de modo que se equivocou o julgador.

b) Assim como o crédito garantido por cessão fiduciária, a cláusula de reserva de domínio em compra e venda precisa estar registrada para exclusão dos efeitos da recuperação judicial. Logo, decidiu de forma acertada o juiz.

c) Estão sujeitos à recuperação judicial, sem exceção, todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Por conseguinte, ainda que por fundamento diverso, a impugnação deveria, sim, ser rejeitada.

d) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer entre as partes. Correto, portanto, o julgador.

e) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e não depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros. Dessa forma, errou o julgador.

Questão 76

A respeito dos princípios basilares dos títulos de crédito, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Apesar de alguns princípios extras, a doutrina converge em relação a pelo menos 3 (três): princípio da cartularidade (ou incorporação); princípio da autonomia e; princípio da literalidade.

b) Pelo princípio da autonomia das obrigações cambiais, os vícios que comprometem a validade de uma relação jurídica, documentada em título de

crédito, não se estendem às demais relações abrangidas no mesmo documento.

c) Ocorrendo a prescrição executória do título de crédito, o princípio da autonomia permanece válido.

d) Pelo subprincípio da abstração, o título de crédito, quando posto em circulação, se desvincula da relação fundamental que lhe deu origem.

e) De acordo com o subprincípio da inoponibilidade de exceções pessoais, o executado em virtude de um título de crédito não pode alegar contra o exequente exceções pessoais que teria contra o credor original. No entanto, se o exequente receber o título de má-fé, o subprincípio não é aplicado.

Questão 77

No que tange à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

a) Não é cabível a concessão de tutela provisória de urgência em incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

b) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais.

c) O juiz não pode indeferir liminarmente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

d) A Lei nº 13.874/19 (MP nº 881/19) em nada alterou as disposições legais da desconsideração da personalidade jurídica.

e) Enquanto o Código Civil adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, o Código de Defesa do Consumidor adotou tanto a teoria maior quanto a teoria menor.

Questão 78

Quanto às sociedades não personificadas, assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade em comum, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- b) Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo pode admitir novo sócio sem o consentimento dos demais.
- c) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, rege-se a sociedade, inclusive a por ações em organização, pelo disposto no capítulo “Da Sociedade em Comum”, observadas, subsidiariamente e no que com ele (capítulo) forem compatíveis, as normas da sociedade simples.
- d) A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade em comum e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
- e) Os bens sociais da sociedade em conta de participação respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.

Direito Tributário

Questão 79

Julgue as proposições abaixo:

I) competência tributária é a aptidão conferida pela Constituição Federal para editar normas que instituem tributos. Apenas as entidades federativas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios - a possuem, conforme se extrai, dentre outros dispositivos, do artigo 145 da Carta Constitucional:

II) podemos afirmar que ao contrário do que acontece com a competência tributária, a capacidade tributária ativa é delegável. É o que ocorre, por exemplo, com o ITR, que pode ser cobrado pelos municípios, a teor do que dispõe o artigo 153, §4º, da Constituição Federal.

III) a revogação da delegação da capacidade tributária ativa pode ser feita a qualquer tempo.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das alternativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item i está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item ii está correta.
- e) Apenas as afirmativas dos itens ii e iii estão corretas.

80. A assinale a alternativa incorreta:

a) Conceitua-se como competência privativa a aptidão dada pela Constituição Federal a uma entidade federativa para que ela, e somente ela, possa instituir determinado tributo.

b) A competência tributária comum diz respeito à aptidão que todas as entidades federativas possuem de instituir taxas e contribuições de melhoria. O fundamento constitucional se encontra no artigo 145, incisos II e III, da Constituição Federal.

d) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

d) A doutrina alçou de competência residual a faculdade de que dispõem os Estados para instituir contribuições para o custeio da previdência dos seus servidores.

e) A União pode instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Questão 81

Julgue os itens a seguir:

I) Os impostos pessoais são aqueles que levam em consideração circunstâncias subjetivas do contribuinte, como é o caso do imposto de renda. Nesse tributo, por exemplo, quer-se saber quanto que o contribuinte ganha, se teve gastos com saúde, se tem filhos, se paga alimentos ao ex-cônjuge, etc.

II) Os impostos reais são aqueles que abstraem as condições jurídicas do contribuinte. Um exemplo é o IPVA. Não importa qual a renda do devedor, se ele está ou não está desempregado, se tem gastos com saúde ou com educação. Basta que seja proprietário de um veículo automotor para que haja a incidência da norma impositiva.

III) Os impostos extrafiscais são aqueles cuja finalidade não é apenas a arrecadação, mas também o atingimento de outros objetivos. É o caso, por exemplo, do Imposto de Importação e do Imposto de Exportação, que são utilizados como instrumento de regulação econômica.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das alternativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item i está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item ii está correta.
- e) Apenas as afirmativas dos itens ii e iii estão corretas.

Questão 82

Assinale a alternativa incorreta.

- a) A solidariedade por interesse comum ocorre nos casos em que pessoas ocupam polos antagônicos em um contrato.
- b) O termo obrigação tributária principal foi empregado de maneira mais ampla do que se poderia intuir da sua nomenclatura. A expressão abarca não apenas a obrigação de pagar tributo, mas também a obrigação de pagar multa, o que permite enquadrá-la na categoria das obrigações de dar.
- c) A obrigação acessória tem como objeto um fazer, como é caso do dever de realizar a declaração de ajuste do IRPF; ou um não fazer, do

que é exemplo a obrigação de não embarçar a fiscalização tributária. Essa é a principal diferença entre a obrigação acessória e a obrigação tributária principal, que se caracteriza por ser uma prestação de dar.

d) A hipótese de incidência de uma obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Esses fatos, descritos no antecedente da norma, referem-se a um determinado comportamento ou estado, condicionados por coordenadas de tempo e de espaço

e) É sujeito passivo da obrigação acessória aquele que for obrigado a fazer ou não fazer alguma coisa no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Questão 83

Assinale a alternativa incorreta.

- a) Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas.
- b) À mercadoria importada de país signatário do GATT, ou membro da ALALC, estende-se a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias concedida a similar nacional.
- c) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- d) O contribuinte não pode optar por receber, por meio de precatório, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- e) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

Questão 84

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- b) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- c) É inconstitucional a parte do art. 7º, I, da Lei 10.865/2004 que acresce à base de cálculo da denominada PIS/COFINS-Importação o valor do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e o valor das próprias contribuições.
- d) Os Estados membros possuem competência para a instituição de contribuição voltada ao custeio de serviços médicos hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.
- e) O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

Questão 85

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STJ e do STF:

- a) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
- b) O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.
- c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

d) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

e) A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL não incide sobre o lucro decorrente das exportações, em razão da imunidade prevista no artigo 149, § 2º, inciso I, da Constituição Federal.

Questão 86

Assinale a alternativa incorreta:

- a) É constitucional a limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL.
- b) É inconstitucional a previsão legal de diferenciação de alíquotas em relação às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários de instituições financeiras ou de entidades a elas legalmente equiparáveis, após a edição da Emenda Constitucional nº 20/1998.
- c) É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.
- d) A contribuição destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae possui natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico e não necessita de edição de lei complementar para ser instituída.
- e) A importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa).

Direito Ambiental

Questão 87

Um empreendedor deu início ao procedimento de licenciamento ambiental para obter as licenças ambientais necessárias ao funcionamento de seu projeto. No decorrer do procedimento o órgão ambiental impôs ao empreendedor diversos deveres voltados à preservação do meio ambiente, que acarretariam custos ao particular. Além do mais, houve também a imposição de cobrança pelo uso de recursos naturais. Diante desta situação o empreendedor acionou seu corpo jurídico para evitar o que, para ele, seria uma duplicidade indevida de cobrança. Com base no caso acima assinale a alternativa correta:

- a) O empreender tem razão ao se insurgir contra a duplicidade de cobrança, estando caracterizado o bis in idem.
- b) Os valores cobrados em decorrência do licenciamento ambiental são devidos, e ambas cobranças possuem fundamento no princípio do poluidor pagador.
- c) O valor pago a título de efetivação de medidas de proteção ambiental poderá ser abatido do valor pago à título de uso de recursos ambientais, evitando onerosidade excessiva do particular.
- d) Não há irregularidade nas cobranças impostas pelo órgão ambiental, pois elas possuem fundamentos diversos, uma com base no princípio do poluidor pagador e outra com base do princípio do usuário pagador.
- e) O Poder Judiciário deverá anular todas as cobranças que acarretem custos ao empreendedor, haja vista o princípio da liberdade econômica.

Questão 88

No que toca à proteção do meio ambiente na Constituição Federal, marque a alternativa correta:

- a) A definição de espaços territoriais ambientalmente protegidos é uma discricionariedade do Poder Público.

- b) A pessoa jurídica não poderá ser responsabilizada penalmente pelo cometimento de crimes ambientais.

- c) Por ser patrimônio nacional a Floresta Amazônica Brasileira não poderá ser objeto de exploração comercial.

- d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.

- e) O STF já pacificou o entendimento de que norma estadual ou municipal que estabelece hipóteses de dispensa do EIA/RIMA é inconstitucional.

Questão 89

Assinale a alternativa correta:

- a) A competência para implementar a Política Nacional de Mudança do Clima é exclusiva da União.

- b) A Política Nacional de Mudança do Clima poderá se utilizar, dentre outros, dos seguintes instrumentos: o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, as resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e os indicadores de sustentabilidade.

- c) Em decorrência da Conferência Rio-92 foram criados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairóbi, e o Fundo Voluntário para o Meio Ambiente, a ser gerido pelo PNUMA.

- d) Na Rio+10 foi criada a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CSD) e como resultado tivemos a elaboração de diversos documentos oficiais sobre o tema.

- e) Foi a partir da Estocolmo-72 que surgiu o mercado de crédito de carbono.

Questão 90

Assinale a alternativa correta.

- a) A função social é cumprida quando a propriedade urbana atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e

exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

b) A competência para legislar sobre direito urbanístico é exclusiva dos Municípios, já que é matéria de interesse local.

c) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

d) A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos também se aplica aos rejeitos radioativos, haja vista o princípio da proteção integral do meio ambiente.

e) O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo determinado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos.

Direito Administrativo

Questão 91

Considerando a disciplina sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, assinale a alternativa correta.

a) A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

b) Com periodicidade mínima semestral, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

c) Agente pública é a pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público.

d) São direitos básicos do usuário a igualdade no tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação.

e) Uma das diretrizes a serem observadas pelos agentes públicos e prestadores de serviços públicos é a atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

Questão 92

No que tange aos contratos celebrados pela Administração Pública e seu regime jurídico, a Lei confere as prerrogativas a seguir listadas ao Poder Público, exceto:

a) modificação unilateral para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

b) rescisão unilateral nos casos de alteração social ou de modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

c) fiscalizar a execução.

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelamento de apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

Questão 93

Em se tratando da modalidade de licitação denominada pregão, a Lei nº 10.520, de 2002, com base no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fixou que o prazo de validades das propostas será de:

a) 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.

b) 60 dias, se outro não estiver fixado no edital.

c) 30 dias, se outro não estiver fixado no convite.

d) 60 dias, se outro não estiver fixado no convite.

e) 90 dias, se outro não estiver fixado no instrumento convocatório.

Questão 94

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições.
- b) É vedada a cumulação tríplice de vencimentos e/ou proventos, ainda que a investidura nos cargos públicos tenha ocorrido anteriormente à EC 20/1998.
- c) A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- d) Existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, autorizado na legislação brasileira.
- e) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

Questão 95

No que tange ao processo administrativo para apuração da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, pode ser afirmado que:

- a) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 1 (um) ou mais servidores estáveis.
- b) a comissão pode cautelarmente suspender os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

c) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 3 (três) servidores, sendo, no mínimo, 2 (dois) estáveis.

d) no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 10 (dez) dias para defesa, contados a partir da intimação.

e) a comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

Questão 96

A doutrina aponta que processo administrativo é uma série de atos encadeados, obedecendo a uma ordem previamente estabelecida pela lei, com uma finalidade específica que enseja a prática de um ato final. Nesse sentido, a Lei nº 9.784/99 prevê que serão observados, nos processos administrativos, o princípio:

- a) da impulsão do processo administrativo pelos interessados.
- b) do atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia de competências.
- c) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o fim público, inclusive com aplicação retroativa de nova interpretação.
- d) divulgação oficial dos atos administrativos, sendo absolutamente vedado o sigilo de informações públicas;
- e) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

Questão 97

Marque a alternativa que defina corretamente a característica dos bens públicos mencionada:

- a) imprescritibilidade: os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião.
- b) impenhorabilidade: os bens públicos não se sujeitam a penhora a fim de garantir débitos das entidades públicas.

c) alienabilidade: os bens públicos podem ser alienados pela Administração, independentemente de previsão legal, bastando observar o valor de mercado.

d) onerabilidade: os bens públicos sempre podem ser dados como garantia pela entidade pública ao credor de maneira a garantir a obrigação;

e) disponibilidade: os bens públicos, como regra, são disponíveis, de modo a permitir que o atual gestor público deles disponha.

Questão 98

A doutrina menciona cinco requisitos necessários à formação do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Das alternativas a seguir, qual não se demonstra verdadeira no tocante a tais requisitos?

a) Objeto: o objeto do ato administrativo diz respeito ao seu próprio conteúdo.

b) Competência: o ato administrativo deve ser praticado por agente que detenha o poder legal para realizá-lo.

c) Forma: o ato administrativo pode ser exteriorizado sem qualquer formalidade, com base no preceito da instrumentalidade das formas.

d) Finalidade: o ato administrativo somente pode ser realizado se visar ao interesse público.

e) Motivo: o ato administrativo deve ser fundamentado em um pressuposto de fato e de direito que exige a sua prática.

Questão 99

Em relação ao ingresso de cidadãos no serviço público, analise e julgue as proposições a seguir:

I) No caso de extinção do cargo público, o servidor efetivo não estável terá assegurada a sua permanência no serviço público.

II) O candidato que possui qualificação superior à exigida no edital está habilitado a exercer o cargo a que prestou concurso público, nos casos em que a área de formação guardar identidade.

III) É absolutamente vedado o ingresso de cidadãos estrangeiros no serviço público brasileiro, pois cargos públicos somente podem ser providos por brasileiros natos ou naturalizados.

IV) É inconstitucional a transposição de cargos públicos, em que os integrantes de uma carreira são remanejados para uma outra carreira existente.

Estão corretas:

a) I e II

b) II e III

c) I e III

d) III e IV

e) II e IV

Questão 100

Considerando o que disciplina a Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), assinale a alternativa incorreta.

a) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

b) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

c) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.

d) Não se submete ao regime da Lei das Estatais, a sociedade de propósito específico, ainda que seja controlada por empresa pública ou sociedade de economia mista.

e) É a União proibida de realizar transferência voluntária de recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios que não fornecerem ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins as informações relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista a eles vinculadas.